



O impertinente insistente

Alexandre Santos

Crítica à política econômica do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Cardoso insiste em dilapidar o poder aquisitivo dos servidores aposentados ("Também, quem mandou ficar velho?", deve pensar Cardoso)

Disposto a fazer qualquer coisa para cumprir seu compromisso com o FMI, o presidente Cardoso vem descumprindo todos os seus compromissos com o povo brasileiro. Um dos lances mais recentes dessa triste história, foi o plano urdido pelo governo Cardoso para burlar a decisão do STF de impedir a cobrança ilegal da contribuição previdenciária aos servidores públicos aposentados. Inicialmente, bem ao estilo imperial que o caracteriza, o presidente Cardoso comandou uma campanha de desmoralização do Supremo Tribunal Federal criticando abertamente sua decisão. No embalo do terrorismo presidencial, muitos representantes da malvadeza nacional, inclusive o senador ACM, se sentiram no direito (ou na obrigação) de seguir seu exemplo e criticar a isenção do STF. Até um jornaleco estrangeiro, em editorial, fartamente divulgado no país, se referiu pejorativamente ao Supremo. Sugestivamente, ao invés de sair em defesa do Supremo, como se espera de um presidente, Cardoso manteve um silêncio matreiro. Em seu íntimo, o presidente Cardoso estava satisfeito com as críticas dirigidas ao STF. Desmoralizar a mais alta corte da justiça brasileira foi o primeiro passo do Plano Cardoso para arrancar mais dinheiro do povo brasileiro e fazer a vontade do FMI.

Na seqüência, o Plano Cardoso se aproveitou do caráter imperial do regime e convocou os governadores para uma reunião no Planalto. Na reunião, ocorrida na 6ª feira, dia 22 de outubro de 1999, em clima de chantagem, o presidente Cardoso exigiu e recebeu apoio político dos governadores para uma Emenda Constitucional que, contrariando as mais rudimentares regras jurídicas, insiste (essa já é a quinta tentativa) em estabelecer uma contribuição previdenciária aos funcionários aposentados. Em troca do apoio recebido, governo Cardoso permitirá que os estados reduzam o pagamento de sua dívida com o Tesouro Nacional. O perverso Cardoso aproveitou esse momento para fazer mais uma malvadeza: a diferença dispensada deve ser usada obrigatoriamente na demissão de funcionários. Que bonzinho, heim?

Vale lembrar que o próprio presidente Cardoso preparou o clima de intimidação que precedeu a reunião com os governadores e a remessa da Emenda Constitucional, atacando grosseiramente todos que se colocaram contra a cobrança ilegal. Em discurso proferido na 5ª feira, dia 21 de outubro de 1999, o presidente Cardoso classificou a situação dos servidores públicos de "patética, embora jurídica". Na ânsia de atacar os servidores públicos

aposentados, o presidente Cardoso chegou a ponto de dizer que sua situação representava "um privilégio". Será que o presidente Cardoso não sabe que, desde o início do seu governo, os funcionários estão com os salários congelados?

A reunião do dia 22 de outubro de 1999 vai entrar para a história do país como o Dia do "ou dá, ou desce", no qual os governadores se curvaram à vontade imperial do presidente Cardoso para não perder as verbas que precisam para governar seus estados. Vale destacar que a submissão dos governadores que compareceram ao Palácio do Planalto não foi acompanhada por Olívio Dutra, Zeca do PT e Itamar Franco, que não aceitaram participar da palhaçada. Aquele encontro bem reflete o modelo de Federação que impera no Brasil.

Comentário apresentado em "O Libertador", n. º 104, de Outubro de 1999.

Alexandre Santos é presidente do Partido da Solidariedade Nacional